

Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro? Educação, exclusão e precariedade: as vidas de Ninas em tempos de pandemia (e em outros tempos também)

Last year i died, but this year i don't die? Education, exclusion and precarity: the lives of Ninas in pandemic times (and other times also)

¹ Bárbara Drielle Roncoletta Corrêa

² João Paulo Risso

³ Amanda Silva de Medeiros

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar discussões e problematizações a partir do cenário pandêmico atual, mais especificamente, em relação ao contexto escolar. Por meio de uma narrativa sobre os sujeitos excluídos socialmente, enfatizando esse movimento na escola, são mobilizados os conceitos de inclusão e integração de Maria Teresa Eglér Mantoan e vida precária de Judith Butler. Além disso, são apresentadas algumas ações frente à exclusão em tempos de pandemia, evidenciando que tal exclusão foi potencializada pelo cenário atual, mas que este problema já reverbera em nossa sociedade há tempos. Com o uso de aforismos, alguns deles compostos por falas de alunos que estão vivenciando o ensino remoto, evidencia-se movimentos de exclusão, desigualdade, mas também de enfrentamento coletivo como forma de resistência, subvertendo a vulnerabilidade e transformando-a em potência de vida.

Palavras-Chave: Educação em Tempos de Pandemia. Vida Precária. Desigualdade. Inclusão/Exclusão. Resistência.

ABSTRACT

The central objective of this paper is to present discussions and problematizations from the current pandemic outlook, more specifically, in relation to the school context. Through a narrative about the socially excluded subjects, emphasizing this movement at school, Maria Teresa Eglér Mantoan's concepts of inclusion and integration and Judith Butler's precarious life are mobilized. Besides that, some actions are presented in the face of exclusion in times of pandemic, showing that such exclusion has been enhanced by the current outlook, but that this problem has reverberated in our society for some time. With the use of aphorisms, some of them composed by the speeches of students who are experiencing remote education, there is evidence of movements of exclusion, inequality, but also of collective coping as a form of resistance, subverting vulnerability and transforming it into a power of life.

Keywords: Education in Times of Pandemic. Precarious Life. Inequality. Inclusion / Exclusion. Resistance.

1 Doutoranda do Programa de pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: ba_dryelly@hotmail.com.

2 Licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Paranaíba. E-mail: joaormat@gmail.com.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: amandamedeiros94@hotmail.com.

1 SUJEITOS DE SORTE

Iniciamos convidando você a ouvir:



www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU

Quem é você que está lendo? Uma coisa sabemos sobre você, leitor: você é um privilegiado. Assim como nós que escrevemos esse artigo. Somos uma minoria, no sentido literal da palavra. Uma parcela pequena de privilegiados (uns mais, outros menos) que, nesses meses de caos, incertezas e medo, tiveram possibilidade de segurança, comida na mesa, internet para se comunicar com familiares, amigos, para escrever artigos, trabalhar, ... para estudar. Somos sujeitos de sorte, aliás, de muita sorte.

Mas não vamos falar de nós, nem de você que está lendo. Vamos falar de alguém. Um alguém entre 70 milhões. Um alguém como outros 70 milhões. Uma menina. Nina. Uma Nina entre tantas outras Ninas e Marias e Pedros e Felipes e Joanas e mais 70 milhões de nomes esquecidos, invisíveis.

A história de Nina não é só dela, é a de muitos. O que nos propomos a trazer aqui é a realidade de grande parte da população do Brasil. 70 milhões de pessoas que, neste ano de pandemia, discordaram da música de Belchior. Sujeito de sorte somos nós. Os 70 milhões, dos quais Nina faz parte, silenciaram com o desespero pulsando no corpo: ano passado eu morri e esse ano eu também morro.

Então, convidamos você, sujeito de sorte, a viver essa história com Nina e conosco. Não tente se colocar no lugar dela. Esse lugar não é seu, nem nosso. O objetivo maior desse artigo é encontrar algum modo de permitir que Nina fale com você e com outras pessoas também, que ela afete de algum modo, provoque reflexões. Ao fim dessa leitura, feche os olhos e tente pensar em algo, por menor que seja, que ajude e que faça com que o clamor de Nina e de outros 70 milhões mude. Que possamos usar nosso privilégio para além do lugar confortável que habitamos. Para que Nina e os outros possam ter a oportunidade de serem sujeitos de sorte também.

2 UMA (ENTRE MILHÕES DE ESQUECIDOS)

Nina acorda quando ainda parece ser noite. A casa que ela conhece e habita desde sempre ainda está silenciosa. Todos os dias é assim. Mesma rotina, mesmos afazeres, mesma desesperança. Porque Nina já cansou de sonhar. Mas é preciso seguir. Se levanta e, ao passar pelo lado da cama, pega o caderno gasto. Ela sempre o leva consigo.

Nina vive em uma casa comum, pequena, como a de muitos outros. Uma casa contraditória, porque consegue ser insuportavelmente quente no calor, mas também permite que o vento adentre por todos os lados no frio. Casa que também alaga na chuva, por isso há cada vez menos móveis ali. Casa de quatro peças e 8 habitantes.

Nina, três irmãos, avô, avó, pai, mãe. Um quarto com três camas, uma para cada dois. Quarto com três coberturas, uma para cada dois. Nina sempre acorda com frio, porque uma cobertura para dois sempre parece faltar, talvez pelo fato dela priorizar aquecer o irmão mais novo. Os avós dormem na sala, em um colchão no chão, chega ser fino de tão gasto, com uma única cobertura também. Coisas de sempre, com as quais eles já estão acostumados.

De dia os pais saem para trabalhar. O pai é catador de materiais recicláveis, a mãe diarista. A avó cuida do avô que teve um derrame. Nina é a mais velha, 17 anos, o que significa que já trabalha fazendo bicos. Porque o pai e a mãe conseguem juntos cerca de um salário mínimo e meio. Há também o salário do avô, doente, mas há remédios, fraldas, gastos, que não são poucos. Quanto dá isso? Dois mil e quinhentos reais? Para oito pessoas. Para um doente. Para quatro crianças. Para aluguel. Luz. Água. Comida. Remédios. Quanto dá? Nunca dá.

As coisas pioraram agora com a pandemia. Os avós como grupo de risco, a necessidade de trabalhar. A mãe em casas de famílias que viajam, fazendo o trajeto de ir e vir em ônibus lotados. O pai recolhendo coisas que ninguém sabe de onde vem. Mas ficar parado não dá. Os R\$ 600,00 de auxílio não são suficientes.

Há também quatro crianças em casa o dia todo. O que significa que não há a comida da escola que, neste caso, ajuda muito. O que significa que há mais gasto de energia, de água. Mais fome para um alimento que é limitado e muitas vezes não supre sequer as necessidades básicas. Seis pessoas o dia todo em uma casa com quatro peças.

Se as coisas já foram diferentes? Talvez tenham sido, mas há um tempo tão distante que Nina nem se lembra mais. A escola sempre foi vista como uma oportunidade. Mas ao longo dos anos, as grades daquele lugar começaram a ter outro sentido. Para manter alguém ali dentro? Ou para não deixar alguns entrarem? Um pouco dos dois, talvez. Nina não sabe que tipo de aluna é, talvez mediana, talvez a pior, talvez a melhor. Mas ela sempre fez o que podia dentro das possibilidades.

Faltava muito porque às vezes não havia dinheiro para alguma necessidade básica e Nina tinha que fazer bicos no salão de beleza da rua, como faxineira. Ou então porque choveu no dia anterior e eles passaram o dia seguinte tentando conter o alagamento e não perder os poucos móveis que tinham. Ou porque a avó precisava levar o avô na consulta médica e não havia ninguém para ficar com o irmão mais novo. Ou também porque era preciso levar algum material para atividades. Ou um trabalho de pesquisa pronto.

Como ir para aula sem ter o material? Como ir para a aula sem ter feito a pesquisa? Melhor faltar e ganhar algum dinheiro. Melhor do que se sentir envergonhada. Ou ainda, (mais) excluída. Ou...tantas e tantas outras coisas. Mas Nina ainda seguia com expectativas, porque elas são incontáveis. Ouviu muito sobre se esforçar e conseguir. Ouvia sempre que o esforço até ali não tenha sido suficiente, que era preciso mais. No último ano Nina decidiu se esforçar mais do que nunca. Naquele ano, no último ano, Nina encontrou a pandemia no seu caminho. Aulas a distância, atividades online. Com qual internet? Dados móveis (recarregados uma vez por mês) insuficientes para quatro crianças com atividades todos os dias. Um amigo empresta uma atividade, um vizinho a deixa usar a internet. Em alguns dias ela conseguia. Em muitos ela desistia. É sobre estudar, mas é mais do que isso, é sobre estudar com inúmeros percalços.

Naquele dia em questão Nina foi para a casa da dona da padaria da rua. Ela fazia faxina por ali duas vezes na semana. Terminou o trabalho e ganhou um almoço (pão e mortadela) e autorização para usar a internet por 10 minutos. Ela conseguiu baixar as atividades de matemática e seguiu de volta para casa.

Casa de quatro peças e oito moradores. Quatro crianças, dois idosos. Estudar onde? No meio fio, em frente de casa, na sombra da árvore que derruba folhas incansavelmente, com grãos de terra trazidos pelo vento, adentrando em seus chinelos de dedo. Há vídeos explicativos, uma lista interminável. Um prazo. Não há internet. Ela poderia voltar na padaria, mas há um limite no quanto alguém pode se cansar de tentar, pedir, incomodar o outro... Sentada em frente de casa, com um celular na mão, sem internet, e sem perspectiva alguma Nina se lembra de uma propaganda do ENEM (adiado, não cancelado): “Estude! De qualquer forma, em qualquer lugar!”. Que lugar é esse? Seria a casa de Nina, insuportável no calor, que congela no frio. Que tem uma cama para dois, que, com quatro peças, abriga oito pessoas? “De qualquer forma?”

Seria pelo celular sem internet, no meio fio de casa? Ou por dez minutos no *wifi* da padaria? Ou dividindo o sofá com o avô doente, enquanto os irmãos choram de fome? Já está escurecendo quando Nina se levanta, os pais já estão para chegar. Mais um dia da mesma rotina. Mais um dia de desesperança.

Na televisão, falam que as aulas vão continuar a distância. Falam também do número de casos cada vez maiores e de cada vez mais gente na rua. Vai acabar quando? Parece que nunca. Na hora de dormir, Nina percebe que talvez amanhã seja diferente. Talvez não haja espaço para o caderno, para sentar no meio fio. Talvez quando a pandemia diminuir Nina nem volte. Porque não há qualquer forma de estudar, nem qualquer lugar. Porque aquele lugar não parece ser dela.

Nina acorda quando ainda parece ser noite. A casa que ela conhece e habita desde sempre ainda está silenciosa. Todos os dias é assim. Mesma rotina, mesmos afazeres, mesma desesperança. Porque Nina já cansou de sonhar. Se lembra do dia anterior, da decisão que tomou. Desistir?

Nina. Mulher, negra, pobre, periférica, excluída. Se levanta para a mesma rotina de sempre. Se lembra de uma canção sobre esperança, sobre seguir lutando. Ao passar pelo lado da cama pega o caderno gasto. Ele vai levá-lo consigo para qualquer lugar.

“Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”.

3 OUTROS (ENTRE MILHÕES DE ESQUECIDOS)

A história de Nina contada aqui é UMA entre milhões. UMA das milhões de situações acentuadas em meio a pandemia. A história de Nina poderia ser a de qualquer criança que, com suas particularidades é, de algum modo, excluída em nosso sistema. Seja na favela, no campo, na cidade, no interior, na metrópole. Filha de mãe solo ou de família grande. Branca, negra (essa com potencial maior de exclusão). Menino ou menina.

Como Nina há outros, milhões de outros. Segundo o jornal Folha de São Paulo, setenta milhões têm acesso precário à internet na pandemia. O site G1 complementa ainda que quarenta e seis milhões até 2018, em pleno século XXI, na era dos nativos digitais (PRENSKY, 2001), da revolução tecnológica, não possuem acesso à internet no Brasil.

Sujeitos na mesma situação de Nina e sua família necessitam trabalhar 19 anos para ganhar o equivalente a um mês de renda média do 0,1% mais rico da população brasileira. Essa é uma de muitas estatísticas que acentuam a desigualdade social no Brasil. Algumas outras são: o 1% mais rico da população brasileira recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional; 5% da população – os mais ricos – recebem, por mês, o mesmo que os demais 95% juntos; 6 brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país; mantendo-se a tendência dos últimos 20 anos, calcula-se que as mulheres terão equiparação salarial com os homens somente em 2047, e a equiparação da renda média dos negros com a dos brancos ocorrerá somente em 2089, dentre outras (OXFAM BRASIL, 2017).

Nina e os outros milhões também podem sofrer por ausência de condições básicas: falta de água, falta de espaço mínimo dentro de casa para seus moradores. São muitos, cerca de 31,3 milhões de brasileiros sem água encanada e 11,6 milhões que vivem em casas superlotadas. Como encaixar Nina e os tantos outros milhões de pessoas, ou diríamos, sobreviventes, no belo discurso da Meritocracia? Goela abaixo? Afinal, eles parecem não caber dentro dela.

Esse cenário de exclusão apresentado aqui afeta também o contexto educacional. É importante enfatizar que essa discussão é composta em meio a uma pandemia que potencializou essa exclusão, mas não a criou. A exclusão social, que leva a Nina e outros milhões a não terem acesso a condições mínimas para estudar é fruto de um sistema desigual, repleto de contradições e que lida com essa questão de maneira ineficiente. Integrando.

Mantoan (2003) apresenta dois conceitos que também movimentam a presente discussão. O primeiro deles consiste no conceito de integração, o modo como o sistema lida com a questão da exclusão. De origem nórdica, tal conceito diz respeito à possibilidade da coexistência do ensino especial e regular, e a “escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências” (MANTOAN, 2003, p. 16), ou seja, os alunos ficam dependentes de certas condições para participarem da vida escolar. Diferentemente da integração, a inclusão defende a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática no âmbito do ensino regular. Além disso, as “escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (Ibidem, p. 16)

Tendo em vista tais conceitos, podemos levantar algumas considerações e problematizações sobre a educação em tempos de pandemia. Uma delas consiste em demarcar que estamos presenciando um tipo de integração, visto que, as alternativas apresentadas pela escola não são suficientes e ao aluno é reservado a imposição da mudança e a cruel adequação às exigências do ensino a distância. Mas, como as Ninas desse Brasil, estando no lugar social que estão, mudam e se adequam às exigências apresentadas?

Concordamos com Mantoan (2003) sobre a importância de uma inclusão escolar completa e no âmbito do sistema regular de ensino. Todavia, é necessário, no contexto de medidas sanitárias ou não, a organização de um sistema educacional que além de considerar as necessidades sociais dos alunos também promova o questionamento das origens de tais necessidades e promova a articulação de enfrentamentos das desigualdades sociais.

Dito de outro modo, mesmo que todos os alunos fossem incluídos digitalmente para terem acesso à educação nessa pandemia, representando a consideração das necessidades dos alunos pelo sistema educacional, como defende Mantoan, ainda teríamos o problema da desigualdade social e suas consequências. O que propomos é uma busca por soluções concretas, soluções que ataquem tal problema estrutural.

Nessa perspectiva, o que o sistema tem feito para atacar este problema estrutural? Adiar o ENEM? Pensando então no conceito de integração apresentado, indagamos: adiar uma data (de dezembro para janeiro) muda, efetivamente, o quê? Os milhões que não têm acesso a condições básicas de estudo em meio a pandemia terão suas necessidades sanadas? Nos parece que um mês (ou dois ou seis ou...), não garante que um problema de origem social tão profundo e grave desapareça. São os alunos que terão que se adaptar/adequar. Não há condições, não há caminhos, quiçá soluções para que haja oportunidades iguais (independentemente de uma pandemia ou não). Há um adiamento e o mesmo problema reverberando.

É preciso dizer então de padrão, do normal, do que é estabelecido como convencional e aceito por nós, em outras palavras, jogamos o jogo tal qual ele é proposto. Podemos pensar, por exemplo, o quanto ainda é fraco o movimento de questionamentos sobre o ENEM como forma de ingresso na universidade (em todos os outros anos em que não houve pandemia), já que estamos falando de uma prova única para realidades completamente distintas. A mesma prova para aqueles que tem toda estrutura para estudar, conforto, aulas de reforço, comida, contas pagas, internet (os sujeitos de sorte) e outros que, como a Nina da história e outros tantos milhões, que não possuem o mínimo de condições ou que vão à escola para merendar.

Será que estaríamos, de fato, em um mesmo barco e sairíamos todos juntos dessa, assim como temos ouvido constantemente na televisão? Nos parece que não, estamos bem longe disso. Diríamos que podemos estar em um mesmo mar (repleto de ondas turbulentas), uns em iates, outros em lanchas, alguns em caiaques, tantos outros em coletes salva-vidas e outros, aliás, muitos outros, nadando com todas as suas forças, como é o caso de Nina.

Pensar essa exclusão é pensar sobre vidas e sobre o valor dado a elas. Porque são vidas que acabam por se perpetuar dentro de estruturas definidas socialmente, sem oportunidades efetivas de mudança. Nina conquistar estabilidade financeira, casa própria, concluir uma faculdade? É muito mais raro que essas mesmas conquistas quando vindas dos sujeitos de sorte. E o que é feito sobre isso? Quase nada, muito pouco, não o suficiente.

Essa situação crítica enfrentada pelas Ninas do Brasil nos remete ao conceito de vida precária cunhado por Judith Butler. A autora estadunidense propõe tal conceito sugerindo uma nova ontologia do ser, uma ontologia da precariedade. Com ele a pensadora sugere que todos os seres nascem sob o jugo da precariedade e limitação, porém, algumas vidas valem mais do que as outras, algumas vidas são choradas enquanto outras são ignoradas (BUTLER, 2010).

As Ninas da narrativa da seção anterior, que em tempos de pandemia experimentam com mais intensidade os processos de exclusão, são os sujeitos marginalizados e não chorados que Butler descreve com seu conceito. Esses sujeitos passam despercebidos pelos que não sofrem com a precariedade da vida e, quando estampam as manchetes, rapidamente são esquecidos, renegados ao enfrentamento solitário de suas condições de vida (convidamos você a pesquisar por casos como o de João Pedro, morto dentro de casa em uma operação policial; ou do menino Miguel, que caiu de um prédio quando sua mãe, empregada doméstica, foi passear com o cachorro da patroa; ou mais recentemente, o caso de João Alberto, morto por seguranças dentro de um supermercado Carrefour. Esses são apenas alguns retratos de vidas que parecem valer menos).

Quanto vale a vida de Nina? Quanto vale a vida dos 40 milhões de pessoas que não têm acesso à internet? Elas são choradas? Ou já há um entendimento de que estas não seriam vidas de valor? Vidas, que são direcionadas por oportunidades, por acesso à educação, à saúde, à dignidade. Mas que, para muitos, para milhões, já se inicia como inferior, como perdida. Uma vida repleta de classificações, para as quais, por condições sociais, cor da pele, orientação sexual, são negados direitos básicos, pois quando essas pessoas são rotuladas como fora das normas estabelecidas, elas vão, pouco a pouco, tendo uma vida com menos valor para a sociedade (GIL, 2014).

Assim, nos perguntamos: se Nina não voltar para a escola, vão notar?

O fato de haver uma variação nas condições de reconhecimento mostra que “vida” não é um conceito neutro. Está sujeito a mudanças sociais. Portanto, a política deve ser capaz de questionar seu significado e não apenas reivindicar parcialmente os direitos de certos grupos sociais. Não se trata de permanecer no que existe, mas de passar por isso, dando origem a novos modos de significação. Assumir o controle da condição ontológica precária e instável explicada implica em perguntar sobre os critérios que norteiam nosso modelo de vida, o que faz uma vida ser considerada como tal. Também requer pensar em que vida gostaríamos de viver, aquela que pode ser construída coletivamente com critérios de dignidade, universalidade e singularidade (GIL, 2014, p. 297, tradução nossa).

Diante da urgência e emergência de mudanças e da necessidade de enfrentamento dos processos de exclusão que incidem sobre a vida de muitas Ninas, Gil (2014) sinaliza para três tarefas políticas, que são:

Por um lado, construa e expanda estruturas de inteligibilidade cultural que garantam uma vida vivível para os corpos diversos. Desclassificar, questionar hierarquias ou centralizar a diversidade é essencial para quebrar moldes e interpretações rígidas de beleza, saúde ou sexualidade. Por outro, escute e cuide dos laços com o que não sou eu, mas que de fato me constitui. [...] Finalmente, construa a maneira de estar juntas e juntos; mantenha aberta a questão de como queremos viver sem idealizar ou essencializar o que nos une (GIL, 2014, p. 300, tradução nossa).

E este enfrentamento, tem de fato acontecido? Há mobilizações na direção de uma construção de vidas vivíveis? Nestes tempos de caos e de desesperança, em que a exclusão está tão evidente, há ações que provam que existe a possibilidade de transformar a vulnerabilidade em potência.

4 SEM INTERNET, MERENDA E LUGAR PARA ESTUDAR...

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

“Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. [...]”

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania [...]”(Grifo nosso).

Imagina se não fosse? Com o ensino presencial suspenso temporariamente por conta da pandemia de Covid-19, a desigualdade social tem ficado ainda mais evidente diante das alternativas propostas até o momento para manter o processo de ensino e aprendizagem durante a quarentena: o ensino remoto. Nesse sentido, a internet se torna essencial não apenas ao exercício da cidadania como prevê a lei, mas, em particular, um modo de estar incluso (ou não) neste novo desenho de escola que foi/vem sendo construído: “Estude! A qualquer hora e em qualquer lugar!”. Que lugar é este? Será mesmo que este lugar é de todos? Pelo que temos acompanhado em reportagens, em notícias na televisão, em conversas com professores, pais e alunos, este lugar é de poucos, de quase ninguém. Dentre tantas outras, uma questão nos inquieta: será que este cenário da exclusão digital é fruto da pandemia? Nos parece que não, isso vem de água passadas. Contudo, é na/com a pandemia que este problema se escancara, especialmente, para estudantes e professores de escolas públicas.

A estratégia adotada para tentar manter o ano letivo em andamento, utiliza principalmente aplicativos e plataformas *on-line*. Será que esta seria/é uma solução realmente adequada para o momento que estamos vivendo? Sabemos que atingir 100% da população apesar de necessário e importante, seria, no mínimo, utópico, mas, será que esta estratégia abarca, ao menos, a maior parte da população? Poderíamos pensar em uns 90% sendo contemplados neste modelo de Educação à Distância? Temos tido evidências de que não, muitos não têm sequer uma estrutura minimamente adequada para acompanhar as aulas. De acordo com o relatório do Centro Regional de Estudos para o desenvolvimento da Sociedade da Informação sob auspícios da UNESCO (CETIC), 78% da população com renda inferior a um salário mínimo, têm acesso a internet apenas pelo celular, por meio de dados móveis (que rapidamente, como em um passe de mágicas, se esgotam). Celular que, pelo tamanho da tela, dificulta até mesmo a leitura, especialmente, para crianças pequenas. Outros que contavam com a merenda de cada dia, não têm nem o que comer em casa, que dirá internet. E os problemas não param por aí.

Na tentativa de praticar um exercício de olhar para aqueles (estudantes e professores) que tem um suporte mínimo, isto é, um computador com internet ilimitada, necessidades básicas e pessoais supridas, e um espaço adequado para estudar, ainda esbarramos em dificuldades e, mais exclusões, mais desigualdades. Talvez este aluno tenha mais irmãos, sendo necessário organizar e dividir o tempo de estudo frente ao computador. E se eles são de níveis distintos de escolaridade e tem aula *on-line* em um mesmo horário? Como escolher quem perderá a aula? Ou melhor, o excluído? Talvez a ajuda dos pais com as atividades seja imprescindível, mas, a baixa escolaridade dos familiares também é uma realidade recorrente. E os professores? Esgotados emocionalmente, muitos se dispõem durante 24 horas, por dia, para tentar ajudar. Outros tantos apresentam dificuldades para adaptar os conteúdos, afinal, realidade outra demanda currículos outros. Não podemos esquecer de mencionar aqueles docentes (não são poucos), cuja formação não fornece o subsídio necessário para ministrarem aulas *on-line*, e ainda, sobre as tecnologias digitais, quando possuem, são insuficientes, como é o caso de Maria:

“Não estou trabalhando com aulas gravadas, as tecnologias que possuo não dão conta e eu também nunca aprendi direito. A memória do celular é pouca, não consigo nem baixar muitos aplicativos. Eu gostaria de fazer diferente, mas, preciso aceitar a minha realidade.” (Maria, professora do E.M).

Como você, leitor, pode ver, os problemas são inúmeros e se tornam, cada vez mais, inumeráveis. Contudo, não podemos perder o fôlego, precisamos pensar em alternativas que visem minimizar essa atual situação de precariedade da população, especialmente no que diz respeito a estudar em tempos de pandemia. De acordo com uma notícia do G1, estudantes sem conexão com a internet, do estado do Rio Grande do Sul, receberam tarefas e materiais didáticos em casa. Outros, mais de um milhão, conforme afirma a Secretaria Municipal de Educação, receberão materiais impressos via correio. Contudo, muitos ficaram “de fora” pois não puderam ser localizados devido à falta de atualização de dados cadastrais. E aí? Mais um tanto de excluídos dentro dessa bola de neve pandêmica. Uma outra ação prevista pela Secretaria Municipal de Educação é a proposição de ações de reforço escolar, mas, ainda, sem detalhes de como será o processo.

Estas ações acima citadas, ainda estão longe de reverter os problemas de exclusão causados pelas tecnologias, melhor dizendo, pela falta delas. No entanto, elas representam um respiro de esperança para Nina e tantos outros milhões de esquecidos pelo Brasil a fora. São ações urgentes e importantes que podem sim favorecer o aumento do percentual de estudantes com acesso à Educação (que pode ou não ser de qualidade), uma tentativa para diminuir a evasão escolar, que tem se acentuado ainda mais neste modelo remoto. Apesar disso, não podemos nos iludir, ainda há muito a ser feito, haja vista que muitas das soluções pensadas e praticadas até o momento acabam por resolver um problema micro, mas, ainda estão (bem) distantes de atacar o macro, que é ainda mais urgente, a raiz de todo esse caos, que é a desigualdade social. E então, nos perguntamos:

5 SUJEITOS DE SORTE?

[1]

“Pq vitor nao consegue faser estas tarefas e nem eu”

Keila, mãe de Igor (6º ano do E.F) e de Vitor (9ºano do E.F)

[2]

“Ele colocou crédito e só deu pra usar um pouco e já acabou. E ele mora na fazenda. Daí a gente, quando faz a nossa atividade, posta a dele também, pra ele não ficar sem nota.”

Caroliny, 17 anos, 3º ano do E.M

[3]

“Então acho que nem todo mundo tem internet né. O dia que eu liguei na escola e falei que quem não tivesse internet como ia fazer, falaram pra correr atrás porque vai ser só online.”

Geovana, 13 anos, 8º ano do E.F

[4]

“Eu moro no sítio tia, já era difícil ir presente, agora na internet, ficou impossível, aqui não pega nem telefone”.

Maria Fernanda, 15 anos, 9º ano E.F

[5]

“Tô com saudade da prô, a gente reclama, mas tá pior agora. Mas o que eu mais sinto falta mesmo é da merenda, tem dias que eu fico com fome.”

Murilo, 14 anos, 8º ano do E.F

[6]

“Estou tão cansada, atendo pais e alunos todos os dias, de segunda a segunda, às vezes recebo mensagem às 23 horas. Fazer o que né? Durante o dia, a maioria trabalha, eles acabam recorrendo a mim no horário que dá, vou virar as costas? Se eu virar as costas a eles (os pais), assim eles farão com os filhos, e eles (os filhos) serão ainda mais prejudicados do que já estão sendo.”

Gisele, professora dos Anos Iniciais do E.F.

(Transcrevemos as falas exatamente do modo como foram escritas)

[7]

“A potência política aparece quando nos perguntam como queremos viver juntos e juntos, a partir da certeza de habitar um mundo comum a partir da diferença. Em outras palavras, a potência aparece quando pergunto: como tornar uma vulnerabilidade, com suas dificuldades e limites, uma força?” (GIL, 2014, p. 290, tradução nossa)

[8]

Aí, maloqueiro, aí, maloqueira

Levanta essa cabeça

Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo)

Respira fundo e volta pro ringue (vai)

Cê vai sair dessa prisão

Cê vai atrás desse diploma

Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?

Faz isso por nós

Faz essa por nós (vai)

Te vejo no pódio

Ano passado eu morri

Mas esse ano eu não morro

(Amarelo, Emicida feat. Majur e Pablo Vittar, 2019)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BUTLER, J. **Marcos de guerra, las vidas no lloradas**, Madrid: Espasa Libros, 2010.

GIL, S. L. Ontología de la precariedad en Judith Butler. Repensar la vida en comum. **ÉNDOXA: Series Filosóficas**, n. 34, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OXFAM. **A Distância que nos une**. OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: <oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 18 mai. 2020.

PRENSKY, M. Digital Native, digital immigrants. Digital Native immigrants. **On the horizon**, MCB University Press, vol. 9, n.5, 2001.

SILVEIRA, Daniel. Em 2018, quase 46 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet, aponta IBGE. **G1**. Rio de Janeiro, 29 abr. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/29/em-2018-quase-46-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tinham-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 10 jul. 2020.

SOPRANA, Paula. 70 milhões de brasileiros têm acesso precário à internet na pandemia do coronavírus. **Folha de São Paulo**, 16 mai. 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/cerca-de-70-milhoes-no-brasil-tem-acesso-precario-a-internet-na-pandemia.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

TENENTE, Luiza. Sem internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. **G1**. 05 mai. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>>. Acesso em 10 jul. 2020.

UNESCO. **Cetic**, c2020. Página Inicial. Disponível em: <<https://cetic.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.